

Resultado Fiscal

Junho 2024



Rafaela Vitória, PhD, CFA
Economista-Chefe

rafaela.vitoria@inter.co

29/07/2024

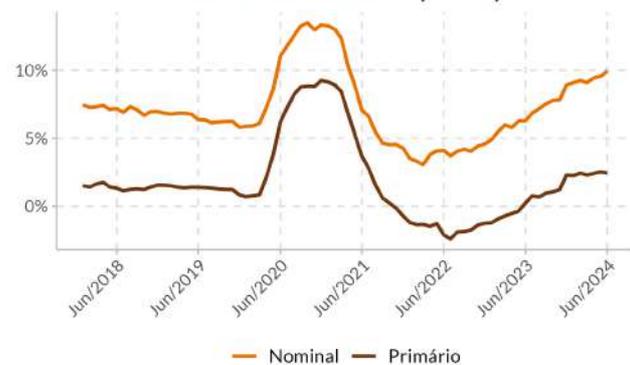
Governo registra déficit de R\$ 40,9 bilhões em junho

O resultado foi fruto do déficit de R\$ 40,2 bilhões do governo central e R\$ 1,7 bilhão das empresas estatais, enquanto os governos regionais tiveram superávit de R\$ 1,1 bilhão. O déficit acumulado em 12 meses reduziu para 2,44% do PIB, mas o déficit nominal aumentou para R\$1,1 trilhões em 12 meses, passando para 9,9% do PIB, resultado do aumento das despesas com a dívida incluindo as perdas com as operações de swap cambial. Com isso, a dívida bruta cresceu 1,1 p.p. e chegou a 77,8% do PIB em junho, com dívida líquida também subindo para 62,2%.

A arrecadação federal continua surpreendendo positivamente com crescimento de 8,5% no primeiro semestre em termos reais, na comparação com mesmo período de 2023. Além da recomposição do PIS/Cofins sobre combustíveis e aumento do recolhimento de IR, o bom desempenho da receita em junho teve influência do aumento de impostos com importação e IPI, que tiveram respectiva alta de 46% e 29% acima da inflação, comparado a junho de 2023.

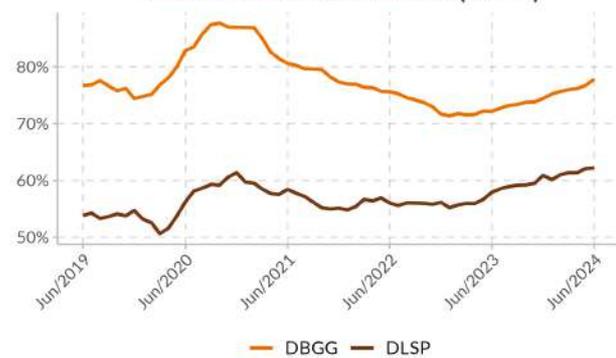
Apesar da melhora na arrecadação, o resultado primário continua deficitário em razão do maior crescimento dos gastos, +10,5% acima da inflação no acumulado do 1º semestre. A aceleração dos benefícios previdenciários e BPC foram os principais elementos de surpresas destacados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre, levando ao bloqueio de R\$ 11,2 bilhões nas despesas obrigatórias para cumprir o arcabouço em 2024. No acumulado do ano, os benefícios previdenciários cresceram 8,7% e o BPC +17%% em relação ao mesmo período de 2023.

Déficit do Governo (% PIB)



Fonte: BCB, Inter; Data-base: Jun/2024

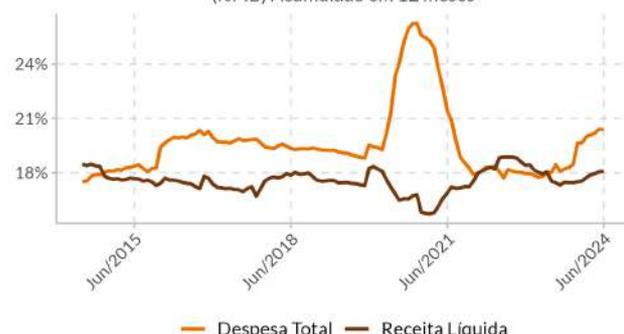
Endividamento do Governo (% PIB)



Fonte: BCB, Inter; Data-base: Jun/2024

Resultado Primário do Governo Central

(%PIB) Acumulado em 12 meses



Fonte: STN, Inter; Data-base: Jun/2024

Perspectiva para 2024 e 2025

A melhora na arrecadação ainda não tem sido suficiente para reverter a trajetória de deterioração da dívida, que só será alcançada com o controle efetivo do crescimento do gastos públicos. Apesar do anúncio de bloqueio e contingenciamento somando um total de R\$15 bilhões, ainda será um desafio cumprir a meta fiscal de 2024, ainda que considerando o piso do intervalo, estimado em um déficit de R\$29 bilhões. Nossa estimativa considerando o novo bloqueio anunciado é de um déficit de R\$70 bilhões. Mesmo excluindo R\$15 bilhões da contabilidade do teto, ainda seria necessário um novo corte próximo de R\$25 bilhões até o final do ano, o que é maior que o a estimativa de empoçamento que historicamente acontece em algumas pastas.

Além do desafio imediato do segundo semestre, o orçamento de 2025 também impõe ao governo novas restrições. O crescimento dos gastos obrigatórios, caso não controlado, pode significar um novo déficit próximo de R\$100 bilhões em 2025, bem acima da meta proposta pela LDO de déficit zero. Além do crescimento de gasto, no próximo ano o governo não deve contar com as receitas extras de 2024, e aprovar novas medidas de arrecadação não parece provável com o desgaste observado no Congresso. Portanto, um ajuste fiscal crível passa por uma revisão mais energética e efetiva dos gastos públicos, o que nos parece fiscalmente possível, considerando a forte alta de R\$400 bilhões/ano ocorrida desde 2022, mas politicamente pouco crível no momento.

Analisando a evolução fiscal pós 2025, o governo precisa enfrentar questões estruturais que hoje impossibilitam o ajuste fiscal, como a vinculação dos pisos da saúde e educação ao crescimento da arrecadação, e a valorização do salário mínimo acima da inflação acelerando o já elevado gasto com os programas sociais.

Disclaimer

Este material foi preparado pelo Banco Inter S.A. ("Inter") e destina-se à informação de investidores, não configurando um relatório de análise para os fins da Resolução CVM 20/2021. Este material tem como único objetivo fornecer informações macroeconômicas e não deve ser interpretado como uma recomendação, oferta ou solicitação de oferta para aquisição ou venda de valores mobiliários, instrumento financeiro ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição.

As informações, opiniões e estimativas contidas no presente material foram obtidas de fontes consideradas confiáveis e este relatório foi preparado de maneira independente. Em que pese tenham sido tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar a veracidade das informações aqui contidas, nenhuma garantia é firmada pelo Inter ou pelos analistas responsáveis quanto à correção, precisão e integridade de tais informações, ou quanto ao fato de serem completas. As informações, opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data em que o presente material foi disponibilizado e estão sujeitas a mudanças, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação, atualização ou revisão do presente material.

O analista responsável por este relatório declara que as recomendações e análises refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e que foram elaboradas de forma independente, inclusive em relação à pessoa jurídica à qual está vinculado, podendo, inclusive, divergir com a de outros analistas do Inter, ou ainda com a de opinião de seus acionistas, instituições controladas, coligadas e sob controle comum (em conjunto, "Inter").

Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, a situação financeira e as necessidades específicas de qualquer investidor em particular. O Inter não é responsável por eventuais perdas e danos ou lucros cessantes que decorram do uso dos dados aqui divulgados. Antes de tomarem decisões com base no presente material, os potenciais investidores devem buscar orientação individual financeira, legal, contábil, econômica, de crédito e de mercado, considerando seus objetivos e características pessoais. Ao acessar este material, você declara que está ciente e compreende os riscos decorrentes dos mercados aqui abordados e às leis em sua jurisdição referentes a aquisição e venda de produtos de serviço financeiro.

Este material não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins sem autorização prévia por escrito do Inter.